

PINGA-FOGO

■ **O QUERIDINHO DE LULA** - Quem reassumiu a todo vapor o seu gabinete no Palácio do Planalto, foi André Ceciliano, de volta à Secretaria Nacional de Assuntos Federativos. A nomeação saiu no DO do dia 25 de novembro e a nova posse ocorreu na segunda, 02. Ele trouxe a sua santinha Nossa Senhora da Aparecida, a imagem da sua protetora já entronizada novamente no seu gabinete panorâmico, no terceiro andar do Palácio presidencial.

■ Em uma semana, a sua maratona voltou ao normal recebendo prefeitos e governadores como apontam os registros fotográficos publicados pela coluna.

■ **Chamou atenção o encontro carinhoso com Lula**, que estava saudosos da prosa com o amigo e com o conselheiro de final de tarde. É essa linha direta com Lula e as conversas ao pé de ouvido, em tom de confidência, que leva a santinha a ter trabalho dobrado com a inveja palaciana.

■ No PT, Ceciliano é um dos poucos que faz política com o gosto afável de receber prazerosamente prefeitos, deputados e governadores, que se sentiram órfão com o interregno eleitoral e felizes pela presença de André (como Lula o chama) ao Planalto.

■ **O 'REI' DO CARNAVAL** - O prefeito Eduardo Paes reagiu em "on" à nota publicada no início da semana sobre o jantar na residência de Gabriel David, presidente da Liesa, para o Governador Cláudio Castro e o deputado federal Dr Luizinho, com a presença do secretário Rodrigo Abel e o subsecretário Rodrigo Castro.

■ Para a coluna, Paes afirmou que aplaudiu a decisão do governador em aumentar o apoio às escolas de samba. "Agora vou poder economizar e gastar menos" e complementou o alcaide: "Castro vai ser o rei do Carnaval e eu serei o príncipe", escreveu para a coluna.

■ **Só que está birrinha durou pouco**. Na quinta, 05, ele já estava animado em apoiar não só as escolas do grupo Especial, como as do grupo de Acesso, principalmente pelo desfile ter ganho um dia a mais e atrair mais turistas. Vai ser o carnaval que abrirá com chave de ouro o quarto mandato de Paes.

■ Uma cabeça coroada do Guanabara, ao ser questionada pela coluna sobre a reação do prefeito, disparou: "No Carnaval nem o Prefeito e nem o Governador são realeza, o único que reina no período é o Rei Momo, que, aliás, o Paes acaba de escolher".

■ **RIOTUR EXPRESS** - Enquanto Gabriel David, da Liesa, reforça os seus laços históricos com o Guanabara e com o fraterno amigo Dr Luizinho, o prefeito Eduardo Paes está em uma sinuca de bico com relação à Riotur, empresa responsável pelo Réveillon e o próprio Carnaval. O atual presidente, Patrick Corrêa, foi nomeado para agradar o PP. Nos bastidores, o Chefe Executivo de Evento e Grandes Eventos, Bernardo Fellows, já está no aquecimento. Não causará surpresa se na próxima reunião do Conselho Municipal de Turismo, na segunda, 16 de dezembro, Fellows já for apresentado como o novo presidente da Riotur.

■ **CANDANGO** - O futuro de Patrick Corrêa deve ser Brasília. Tem convite do ministro dos Esportes Fufuca e também para ser assessor especial da liderança do Progressista na Câmara, já que Dr Luizinho deverá ser reconduzido.

■ **BNDES 5 ESTRELAS** - O BNDES precisa dar uma atenção especial aos empresários que atenderam o chamamento para construir hotéis no Rio para a Olimpíada de 2016 e agora enfrentam dificuldades com o banco, que parece ter esquecido que houve uma pandemia global no meio do caminho. O pós-olímpico foi terrível para o Rio com reflexo nos hotéis.

■ **APRENDIZ DA ENEL?** - O secretário da Casa Civil do Rio, Nicola Miccione, questionou, em recente evento nacional de saneamento, onde, aliás, ele deu um show na sua palestra, a capacidade da Águas do Rio em enfrentar e esclarecer a população sobre a crise de abastecimento no Rio. O gerenciamento de crise e, principalmente, o relacionamento com a imprensa foram muitíssimos fracos. Ficou em conversas pontuais e ao pé de ouvido com alguns



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Ricardo Stuckert



O queridinho de Lula. O carinho entre o secretário André Ceciliano e o presidente da República, durante a cerimônia, no Planalto, que municipalizou hospitais federais do Rio



O secretário se reuniu também com os prefeitos Ramon Gidalte, de Casimiro de Abreu (RJ); Rodrigo Medeiros, de Tanguá (RJ); e o prefeito eleito de Bom Jardim (RJ), Affonso Monnerat (RJ)



Agenda cheia nesta semana com o retorno do secretário Nacional de Assuntos Federativos, André Ceciliano, a Brasília. Na foto, recebendo o prefeito reeleito de Porto Alegre, Sebastião Melo e sua comitiva



Ainda nesta semana, André Ceciliano recebeu, no Palácio do Planalto, o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (d)

850 milhões de razões para o prefeito de Salvador, Bruno Reis, se explicar

Por Cláudio Magnavita*

Até o fechamento desta edição, a jornalista Renata Vidal, responsável pelo atendimento à imprensa da Prefeitura de Salvador, não havia enviado à coluna a nota oficial sobre o movimento atípico realizado na gestão do prefeito Bruno Reis, em conjunto com a construtora Norberto Odebrecht e o fundo Paraguaçu, sobre a dívida de R\$ 850 milhões da municipalidade com a empreiteira e o movimento que levou a justiça baiana a acatar o pedido de suspender a execução por seis meses. Reis faz parte de uma nova safra de políticos baianos, nascido na asa de ACM Neto e que conquistou seu espaço e relações próprias na política baiana.

A notícia da coluna explodiu como bomba na Bahia e nos meios jurídicos. A coluna está recebendo uma chuva de novas informações sobre as conexões jurídicas deste caso e uma teia de processos que se conectam por causa dos patronos.

O caso já chamou atenção do Ministério Público Federal e da turma da Federal que têm acompanhado outros processos da construtora, que voltou a estar na berlinda por causa do indiciamento coletivo pela Justiça Eleitoral no caso do Pitubao da Petrobras.

Os R\$ 850 milhões já seriam transformados em precatório, com uma decisão de segunda instância que estava na reta final. Neste caso, o crédito iria para o final da fila, já que existem na frente R\$ 700 milhões de múltiplos credores. A Prefeitura de Salvador, a Odebrecht e o fundo Paraguaçu pediram e conseguiram suspender o julgamento, para a busca de uma solução entre as partes.

Como as outras empresas do grupo, a Construtora Norberto Odebrecht também está em recuperação judicial (a exceção é a Braskem), a operação de alienação ocorreu antes da RJ. O crédito junto ao município ganhou novos titulares, escapou da recuperação e agora pula a fogueira do Precatório. São R\$ 850 milhões jogados no limbo jurídico que engessaria qualquer outra forma de liquidação.

A petição conjunta pedindo a suspensão do julgamento, ocorrida na véspera da sentença, é uma obra-prima a ser estudada nas faculdades de direito e no mundo dos negócios originais. Ela revela a coincidência das conexões entre os advogados e aponta um negócio que mira os cofres do município. Se for concretizado um acordo de pagamento entre eles, haverá um fluxo de recursos direto do devedor (a prefeitura) ao antigo credor (Odebrecht) e ao adquirente (Paraguaçu) sem passar pela justiça e sem respeitar a cronologia dos precatórios e de credores que esperam a anos pelo recebimento.

Uma alienação que deixou R\$ 850 milhões fora da recuperação judicial, fora dos precatórios e que tem encontrado, na gestão de Bruno Reis e do procurador-geral do Município, Eduardo Porto, a boa vontade de uma solução. Tudo feito de forma muito discreta, longe do olhar complacente de parte da imprensa baiana e que demonstra que a Odebrecht procura uma nova identidade e continua fazendo, de forma corajosa e audaz, negócios que precisam ser explicados e tem como fonte de recursos cofres públicos.

Além do silêncio da Prefeitura, a coluna enviou mensagens para o Procurador-Geral do Município, Eduardo Porto, sem obter respostas. Aliás, Porto, apesar de estar como Procurador-Geral, continua como sócio-gerente de um escritório de advocacia, que faz parte desta teia de coincidências de conexões em vários projetos e de partes interessadas.

Foi a reeleição do Prefeito Bruno Reis que permitiu este cenário inusitado e o horizonte de um acordo que possa drenar dos cofres municipais R\$ 850 milhões. Já a compra deste crédito contra o município foi lavrada em escritura em São Paulo, que não revela o quanto e como a alienação foi feita. De concreto, um movimento que reservou a solução dos R\$ 850 milhões para a boa vontade e prestígio do poder municipal, ou seja, dinheiro do povo soteropolitano.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

jornalistas e não transpareceu o trabalho hercúleo que foi feito. O serviço normalizou, voltou aos índices de normalidade, mas a sensação de crise ainda paira no ar.

■ **Será que adotaram o manual de crise da empresa de energia italiana Enel, que tem a concessão de São Paulo?**

■ **GUARANÁ REELEITO** - O conselheiro Luiz Antônio Guaraná foi reeleito, no último dia 04, para um novo período como presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio. Na sua gestão, o TCM-

-Rio ganhou projeção nacional e teve atuação de destaque no recente congresso de Cortes de Contas em Foz do Iguaçu. A sua reeleição ocorreu de forma natural.

■ **POSSE NO TCU** - O novo presidente do Tribunal de Contas do Estado, Márcio Pacheco, participa na próxima quarta-feira, 11, da solenidade de posse do novo presidente do TCU - Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo. Do Rio, participam o governador Cláudio Castro e o secretário Nicola Miccione, este último fraterno amigo do presidente empossado.

■ **TRIM-TRIM-TRIM** - Até agora o telefone da deputada federal e estrela do PSD na Câmara, Laura Carneiro, não tocou com o esperado convite para ocupar uma secretaria na Prefeitura. A reza dos suplentes está enorme.

■ **REZA PARA OTONI** - Quem também espera o telefone tocar é o deputado federal Otoni de Paula, cotado para assumir uma secretaria na frente ampla que Eduardo Paes está formando na prefeitura do Rio. Quem já contratou pai de santo para emplacar Otoni é o suplente Marco Antônio Cabral, que deve voltar à Câmara se o namoro de Otoni virar casamento com o alcaide.

Fernando Molica

Farinha pouca, meu cuscuz marroquino primeiro

Quem tanto grita por mais cortes na área social precisa responder o que fazer com os milhões de brasileiros que correm o risco de morrer de fome até que cheguemos ao paraíso da estabilidade fiscal.

É possível que os mais sensíveis do grupo balancem a cabeça, façam ar compungido e, como os franceses, falem algo como "désolé". Os mais sinceros avaliarão que o genocídio será um processo de redução de demanda, que vai pressionar menos os gastos públicos e a inflação.

De acordo com o IBGE, apesar da significativa redução da pobreza, ainda temos 9,5 milhões de miseráveis. É provável que a maioria deles deixe de existir com o "Cortem as despesas!" gritado por nossas rainhas de Copas.

Em tese, a redução de despesas faz

sentido, o problema é que não se trata de diminuir idas a restaurantes, cinemas, bares – essas providências que tomamos quando o vermelho colore nossos extratos bancários. Estamos falando em negar o direito à vida.

Sim, o corte em benefícios sociais tem capacidade de fazer com que, no futuro, até o processo de assistência aos mais pobres seja mais eficiente. Mas o problema não se resume aos famintos do futuro, mas aos de hoje. Como dizia Betinho, quem tem fome tem pressa, o bife não comido hoje não pode ser compensado com o que será devorado amanhã.

Vale perguntar aos argentinos pobres se vale a pena não ter o que comer hoje para traçar um belíssimo bife de chorizo daqui a alguns anos. É mais ou menos a

mesma lógica dos terroristas que se imolam confiantes em recompensas celestes.

Chega a ser engraçado que tantos setores da economia digam que os bilionários subsídios por eles recebidos são temporários, apenas procuram compensar gargalos históricos, a concorrência internacional, os chineses, a falta de infraestrutura do país, o custo Brasil, a pandemia.

Dizem, na maior cara de pau, que no futuro tudo será estabilizado, que não haverá mais a necessidade de incentivos fiscais. Mas os tais defensores do ajuste fiscal para os outros nunca deixam de fazer lobby pesado pela renovação de seus privilégios.

Foi o que aconteceu há poucos meses com a chamada desoneração de 17 setores da economia — eufemismo para redução da contribuição previdenciária

em troca de uma suposta e não efetivada manutenção do nível de emprego.

A reação da magistocracia — palavra genial criada pelo professor de direito e colunista da Folha de S.Paulo Conrado Hübnner — à proposta de limitação dos penduricalhos de setores do funcionalismo público é outro exemplo de farinha pouca, meu cuscuz marroquino primeiro.

Entidades de magistrados e de integrantes do Ministério Público reagiram de maneira dura ao projeto que faz com que teto salarial tenha um mínimo de compromisso com o significado da palavra. Além dos 60 dias de férias, querem manter o atual sistema de teto móvel — acoplado a um elevador que nunca desce, só sobe.

Não se pode descartar a possibilidade de eles imitarem a Marinha e produzirem

um vídeo que mostre a vida dura dos que se dedicam a carreiras jurídicas estatais, agora ameaçados de ter contracheques limitados a R\$ 44 mil. No linguajar jurídico-castrense, privilégio é o benefício concedido aos outros.

A grita de parlamentares contra a exigência de maior transparência às emendas que colocam no orçamento só faz sentido num país acostumado a tantos desvios de dinheiro: por que temem o detalhamento do que fazem com o dinheiro público?

Cabe à sociedade definir quanto quer e pode pagar aos seus funcionários. Mais: é nosso dever ético, cívico e humano não considerar normal a miséria. Não dá pra continuarmos a comer o pão que a pobreza amassa, assa e nos serve.